



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

EDITAL

O Município de Ijuí – Poder Executivo torna público que realizará a licitação, regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações, e por toda a legislação aplicável à espécie, na modalidade Concorrência, do tipo Maior Oferta, tendo por objeto a concessão de uso oneroso de 12 (doze) hectares de terra para fins de cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial, cuja sessão pública de abertura ocorrerá **no dia 02/12/19 às 09h00min**, na Sala de Licitações da Coordenadoria de Compras (COPAM), localizada na Rua do Comércio, nº 525, Centro, Ijuí/RS, CEP 98.700-000.

1) DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a concessão de uso oneroso de 12 (doze) hectares de terra para fins de cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial.

1.1.1. Fica reservado ao Município de Ijuí, a qualquer tempo e independente de comunicação prévia, vistoriar e fiscalizar o imóvel objeto do presente termo, visando certificar-se do fiel cumprimento das condições aqui fixadas.

2) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame todos os interessados que comprovarem possuir os requisitos mínimos de habilitação exigidos no item 6 deste edital.

2.2. A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável das normas do edital, inclusive seus Anexos, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

2.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração das propostas e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

2.4. É vedada a participação na licitação de entidades:

2.4.1. Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.4.2. Sob processo de falência ou concordata;

2.4.3. Suspensa temporariamente de participar de licitação ou impedida de contratar com a Administração;

2.4.4. Que estejam reunidas em consórcio ou grupo econômico e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3) DA CONCESSÃO DE USO

3.1. Será concedida a Concessionária o objeto da concessão, sendo que a mesma terá que pagar, no mínimo, **R\$ 21.472,00 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais) mensais** à Concedente.

3.2. A Concessionária deverá efetuar o pagamento até o dia 15 do mês subsequente, através de depósito em conta bancária previamente indicada pela Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda.

4) DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderá participar da reunião pública de julgamento do presente certame licitatório um representante da proponente licitante, o qual deverá permanecer até o final da reunião.

4.2. O participante sem poderes de representação não terá legitimidade para defender os interesses da proponente licitante, assinar atas e solicitar consignação de observações que eventualmente julguem necessárias.



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



- 4.3. O participante com poderes de representação poderá, em qualquer fase do processo licitatório, tomar decisões relativas ao presente certame, inclusive desistência de interposição de recurso administrativo.
- 4.4. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos seguintes documentos, no seu prazo de validade e abrangência de seu objeto, acompanhado de identidade ou outro documento de identificação de fé pública do representante:
- 4.4.1. Público de procuração;
- 4.4.2. Particular de procuração, assinado pelo representante legal da licitante proponente, com firma reconhecida em Cartório;
- 4.4.3. Documento de constituição da entidade, quando se tratar de representante legal da proponente licitante.
- 4.4.4. Carta de Credenciamento, na conformidade do Anexo II deste Edital, acompanhada de documento comprobatório de poderes.
- 4.5. O não comparecimento do representante legal da proponente licitante ou do seu representante, devidamente credenciado, não impedirá sua participação na licitação, mas acarretará a preclusão do direito de se manifestar durante os procedimentos licitatórios.
- 4.6. Cada proponente licitante apresentar-se-á com apenas um representante para se manifestar em nome da licitante, devidamente credenciado. Em sendo sócio da licitante, deverá comprová-lo apresentando cópia do contrato social e documento de identidade.
- 4.7. Nenhuma pessoa física, ainda que regularmente credenciada, poderá representar mais de uma proponente licitante.

5) DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

- 5.1. Os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitações:

DATA: 02/12/19

HORÁRIO: 09h00min

LOCAL: SALA DE LICITAÇÕES DA COORDENADORIA DE COMPRAS (COPAM)
RUA DO COMÉRCIO, Nº 921, ESQUINA COM A RUA IRMÃOS PERSON,
CENTRO, IJUÍ/RS

- 5.2. Os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitações contendo na sua parte externa e frontal as seguintes informações:

ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)

MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER
EXECUTIVO
CONCORRÊNCIA Nº 04/2019
DATA: 02/12/19
HORÁRIO: 09h00min
ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)
NOME COMPLETO E SEM ABREVIACOES
DO LICITANTE
ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE
CONTATO DO LICITANTE

ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA)

MUNICÍPIO DE IJUÍ/RS – PODER
EXECUTIVO
CONCORRÊNCIA Nº 04/2019
DATA: 02/12/19
HORÁRIO: 09h00min
ENVELOPE Nº 02 (PROPOSTA)
NOME COMPLETO E SEM ABREVIACOES
DO LICITANTE
ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE
CONTATO DO LICITANTE

6) DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, exceto aqueles cuja veracidade poderá ser confirmada via internet:

- 6.1.1. No caso de pessoa física:

- a) Cópia da Cédula de Identidade;
b) Cópia de inscrição no CPF;



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



- c) Cópia de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- d) Cópia de regularidade com a Fazenda Federal e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Declaração de que não emprega menor, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme ANEXO III deste edital.
- g) Declaração atestando que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, de acordo com o modelo contido no Anexo IV deste edital.

6.1.2. No caso de pessoa jurídica:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual; Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor, devidamente registrado; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- b) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do interessado;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Municipal do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) Declaração, firmada pelo seu representante, de que não emprega menor, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República, conforme ANEXO III deste edital.
- h) Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, de acordo com o modelo contido no Anexo IV deste edital.

7) DAS PROPOSTAS

- 7.1.** A proposta deverá ser preenchida de acordo com o Anexo V do Edital, sem rasuras ou ressalvas, devidamente assinada pelo representante legal.
- 7.2.** O envelope com a proposta deverá ser apresentado fechado ou lacrado, contendo o descritivo indicado no item 5.2 deste edital.
- 7.3.** Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, em preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.
- 7.4.** É vedada a apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa, sob pena de desclassificação.

8) DOS PROCEDIMENTOS

- 8.1.** No dia, hora e local designados no item 5.1, na presença dos representantes dos licitantes e demais pessoas interessadas, a Comissão de Licitações dará início a sessão de abertura do procedimento licitatório.
- 8.2.** A audiência para abertura dos envelopes será pública, sendo que cada licitante somente poderá participar com um representante legal ou credenciado.
- 8.2.1.** Somente será permitida a manifestação em nome da licitante, de forma oral ou escrita, do representante legal ou credenciado.



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



- 8.3. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo os documentos de habilitação, sendo os documentos nele encontrados, verificados e rubricados pela Comissão de Licitações e pelos licitantes credenciados.
- 8.4. Nessa mesma reunião, a critério da Comissão de Licitações, poderão ser analisados os documentos contidos no Envelope nº 01 e anunciado o resultado da habilitação ou designados dia e hora certos para a divulgação.
- 8.5. Os documentos retirados pela internet terão sua autenticidade certificada, para fins de habilitação.
- 8.6. Na hipótese dos documentos não serem analisados na mesma sessão pública de recebimento dos envelopes, os envelopes de nº 02 (Propostas) serão rubricados em seus fechos pelos licitantes credenciados e pelos membros da Comissão de Licitações, que os manterá em seu poder.
- 8.7. Os envelopes de nº 02, ainda fechados, dos licitantes inabilitados ficarão em poder da Comissão de Licitações. Após trânsito em julgado administrativo, os envelopes ficarão à disposição dos interessados pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo então inutilizados pela Administração.
- 8.8. Não havendo interposição de recurso contra o julgamento da habilitação, havendo desistência expressa de recurso ou após o julgamento dos recursos interpostos, proceder-se-á a imediata abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitações e pelos licitantes credenciados.
- 8.9. Das reuniões para recebimento e abertura dos envelopes de habilitação e propostas serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os participantes, as impugnações feitas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, reservando-se, porém, à Comissão de Licitações o direito de levá-las ou não em consideração. As atas deverão ser assinadas pelos membros da Comissão de Licitações e por todos os licitantes credenciados.

9) OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA:

- 9.1. As obrigações da concessionária consistirão em:
 - 9.1.1. Pagar mensalmente o valor ajustado no presente contrato;
 - 9.1.2. Por toda e qualquer reforma, melhoramentos e benfeitorias acrescidos ao imóvel que ao findar incorporar-se definitivamente ao patrimônio municipal não gerando direito a reclamações futuras;
 - 9.1.3. Por todos os encargos inerentes ao uso e conservação do imóvel;
 - 9.1.4. Pela devolução do imóvel no mínimo nas condições que recebeu;
 - 9.1.5. Pela defesa e proteção do imóvel contra esbulhos possessórios;
 - 9.1.6. Fica a concessionária proibida de gravar o imóvel dado em concessão de uso, através de ônus reais e hipotecários;
 - 9.1.7. A concessionária fica obrigada a devolver o imóvel ao Município de Ijuí, a qualquer época, independente de notificação judicial e, sem ônus algum ao Município, nas seguintes hipóteses:
 - a) Se o imóvel tiver destinação diversa a expressa em lei;
 - b) Se ocorrer cessão ou transferência do imóvel total ou parcialmente a terceiros, sem expresse consentimento do Município de Ijuí;
 - c) Por relevante interesse público.

10) DO JULGAMENTO

- 10.1. A Comissão de Licitações selecionará entre os concorrentes a proposta de **Maior Valor Mensal** apresentado, desde que as propostas atendam às exigências e especificações deste Edital e também o interesse público.
- 10.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate ocorrerá via sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados.



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



10.3. Concluído o processo licitatório, o vencedor será convocado para assinar o contrato de concessão de direito de uso de bem no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4. O não atendimento do prazo mencionado no item anterior caracterizará a desistência do licitante vencedor, constituindo motivo para a convocação do licitante classificado em segundo lugar e, assim, sucessivamente, para contratar nos termos da proposta vencedora;

11) CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

11.1. O valor mínimo aceitável pela Administração Municipal para a efetivação da Concessão será de R\$ **R\$ 21.472,00 (vinte e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais) mensais.**

12) DOS RECURSOS E DAS PENALIDADES

12.1. Serão desclassificadas as propostas enquadradas nas situações a seguir:

- a) Que não estejam corretamente preenchidas e assinadas;
- b) Que condicionem seus preços à situações não previstas neste Edital;
- c) Que se refiram, simplesmente, a decréscimo de preços sobre a melhor oferta;
- d) Que contenham divergência de dados, valores ou números ou, ainda, rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas;
- e) Preenchidas a lápis ou de forma ilegível.

12.2. Dos atos da Comissão de Licitação caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis contados da data da decisão, dirigido à Comissão.

12.2.1. Interposto o recurso, este será comunicado aos demais licitantes para, querendo, impugná-lo no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da comunicação;

12.2.2. Recebidas as impugnações, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão poderá reconsiderar sua decisão no prazo de cinco dias úteis ou, no mesmo prazo, submeter o(s) recurso(s) e a(s) impugnações recebidas, devidamente instruídos, ao Prefeito Municipal, que decidirá em cinco dias úteis contados do recebimento da documentação respectiva, esgotando a instância administrativa;

12.2.3. Não serão conhecidos os recursos interpostos fora do prazo legal;

12.2.4. Os recursos das decisões referentes a habilitação ou inhabilitação de licitante e julgamento de propostas terão efeito suspensivo, podendo a Comissão, motivadamente e havendo interesse para a Administração, atribuir este efeito aos recursos interpostos contra outras decisões;

12.2.5. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidades, devendo protocolar o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a abertura da concorrência, o qual será julgado em até três dias úteis da data do seu recebimento, sob pena de decair do direito de impugnação.

12.3. A Concessionária ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa correspondente:
 - b.1) à 1% (um por cento) sobre o valor mensal contratado, limitado à 30% (trinta por cento), por dia de atraso do pagamento;
 - b.2) à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato (valor anual), no caso de descumprimento de cláusula contratual;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.4. As penalidades de advertência e a multa poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções.

13) DA CONTRATAÇÃO



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



- 13.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirar e assinar o termo do contrato, cuja minuta consta no Anexo I deste edital, contado a partir da data de sua intimação, que se fará pessoalmente, por meio de publicação no mural da Secretaria da Fazenda, envio de correspondência com Aviso de Recebimento ou por meio eletrônico.
- 13.2. O prazo estipulado no item anterior poderá ser inferior caso haja interesse e necessidade da administração ou ainda poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação expressa do licitante, contendo a exposição circunstanciada do motivo.
- 13.3. A vigência da concessão de uso será de 120 (cento e vinte) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento contratual, podendo ser prorrogado por no máximo. Igual período, através de termo aditivo.
- 13.4. O valor do contrato somente poderá ser reajustado após o decurso de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, utilizando-se o índice geral de preços ao consumidor – IGPM/FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

14) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. A participação na licitação implica plena e irrevogável aceitação das condições deste Edital e dos seus anexos.
- 14.2. É facultado a este Município, quando o convocado não assinar ou não aceitar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente das penalidades pertinentes, conforme o art. 81 da Lei no 8.666/93.
- 14.3. Os procedimentos licitatórios não importam, necessariamente, em proposta de contrato por parte deste Município, podendo este revogá-los ou anulá-los, no todo ou em parte, por vício da ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-los ou até prorrogar os prazos previstos neste Edital, sem que disso caiba indenização ou reembolso.

15) DOS ANEXOS:

- 15.1. Fazem parte integrante deste procedimento, os seguintes anexos:

Anexo I	Minuta do Contrato
Anexo II	Carta de Credenciamento
Anexo III	Declaração prevista no art. 27, V da Lei Federal nº 8.666/93.
Anexo IV	Declaração de não existência de servidor público no quadro societário
Anexo V	Formulário para preenchimento da proposta
Anexo VI	Memorando Interno nº 122/2019 – SMG

Ijuí/RS, 29 de outubro de 2019.

Assessoria Jurídica

Priscila Maurer Leviski
Diretora da Coordenadoria de Compras, Patrimônio e
Administração de Materiais

Valdir Heck
Prefeito



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

Contrato celebrado entre o Município de Ijuí – Poder Executivo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Benjamim Constant, 429 na cidade de IJUÍ-RS, CNPJ Nº. 90.738.196/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR HECK, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em xxxxxxxxxxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxxxx e inscrito no CPF nº. xxx.xxx.xxx/xx, doravante denominada CONCEDENTE, e a empresa xxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, com sede na rua xxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxx, na cidade xxxxxxxx, inscrita no CNPJ N.º xxxxxxxxxxxx, neste ato representada por seu (sócio-proprietário; sócio-gerente, procurador, diretor, etc.), Sr. xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxxx, residente na Rua xxxxxxxx, nº xxxxx no Bairro xxxxxxxxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, portador da cédula de identidade nº. xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF N.º xxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, para execução do objeto discriminado na Cláusula Primeira deste instrumento.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante da CONCORRÊNCIA Nº 04/2019 – PROCESSO 1216/2019, regendo-se pela Lei Federal N.º 8.666/93 e legislação pertinente, assim como pelas condições do edital, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto é a concessão de uso oneroso de 12 (doze) hectares de terra para fins de cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica reservado ao Município de Ijuí, a qualquer tempo e independente de comunicação prévia, vistoriar e fiscalizar o imóvel objeto do presente termo, visando certificar-se do fiel cumprimento das condições aqui fixadas.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA LICITAÇÃO

Para a presente concessão onerosa de uso de espaço físico foi instaurado procedimento de licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA Nº 04/2019, do tipo Maior Valor**, sendo que o contido no edital e na proposta da CONCESSIONÁRIA passam a fazer parte integrantes deste contrato, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA TERCEIRA
DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei 8.666/93 e alterações, legislação complementar, nos termos do Edital da Concorrência nº 04/2019 e nas cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA
DA VIGÊNCIA

A vigência da concessão de uso será de 120 (cento e vinte) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento contratual, podendo ser prorrogado por no máximo. Igual período, através de termo aditivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do contrato somente poderá ser reajustado após o decurso de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato, utilizando-se o índice geral de preços ao consumidor – IGPM/FGV ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA QUINTA
DA UTILIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



A concessão de uso é restrita para o desenvolvimento de atividades de cultivo, recreação ou exploração comercial no valor mínimo conforme avaliação, sendo vedada a destinação diversa e contrária ao disposto a esta.

CLÁUSULA SEXTA
DO VALOR DA CONCESSÃO

O valor a ser pago pela CONCESSIONÁRIA será de R\$ _____ (_____) mensais.

PARÁGRAFO ÚNICO: O pagamento deverá ocorrer até o dia 15 do mês subsequente ao mês de utilização do imóvel, através de depósito em conta bancária previamente indicada pela Coordenadoria de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Colocará à disposição da Concessionária, pelo prazo previsto no contrato de concessão de uso firmado entre as partes, o imóvel acima caracterizado.

CLÁUSULA OITAVA
DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

- a) As obrigações da concessionária consistirão em:
- b) Pagar mensalmente o valor ajustado no presente contrato;
- c) Por toda e qualquer reforma, melhoramentos e benfeitorias acrescidos ao imóvel que ao findar incorporar-se definitivamente ao patrimônio municipal não gerando direito a reclamações futuras;
- d) Por todos os encargos inerentes ao uso e conservação do imóvel;
- e) Pela devolução do imóvel no mínimo nas condições que recebeu;
- f) Pela defesa e proteção do imóvel contra esbulhos possessórios;
- g) Fica a concessionária proibida de gravar o imóvel dado em concessão de uso, através de ônus reais e hipotecários;
- h) A concessionária fica obrigada a devolver o imóvel ao Município de Ijuí, a qualquer época, independente de notificação judicial e, sem ônus algum ao Município, nas seguintes hipóteses:
 - h1) Se o imóvel tiver destinação diversa a expressa em lei;
 - h2) Se ocorrer cessão ou transferência do imóvel total ou parcialmente a terceiros, sem expresso consentimento do Município de Ijuí;
 - h3) Por relevante interesse público.

CLÁUSULA NONA
DAS PENALIDADES

Em função da natureza da infração, a CONCESSIONÁRIA ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa correspondente:
 - b.1) à 1% (um por cento) sobre o valor mensal contratado, limitado à 30% (trinta por cento), por dia de atraso do pagamento;
 - b.2) à razão de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato (valor anual), no caso de descumprimento de cláusula contratual;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: As penalidades de advertência e a multa poderão ser aplicadas cumulativamente com outras sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



O presente contrato poderá ser denunciado, por acordo entre as partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data desejada para o encerramento, de conformidade com o art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No caso de rescisão administrativa ou amigável, esta deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do Prefeito Municipal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo descumprimento das obrigações contratuais por qualquer das partes, a outra poderá rescindir o contrato, ficando o inadimplente sujeito às perdas e danos decorrentes de seu ato, sem prejuízo das demais cominações previstas neste edital e na legislação em vigor que regulamenta os processos de licitação (Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA
DA EFICÁCIA

O presente contrato somente terá eficácia depois de publicada a respectiva súmula.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA
DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pelos órgãos técnicos do Município de Ijuí/RS, podendo ser rejeitado caso desatenda às especificações exigidas neste edital.

As omissões desse certame serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei nº 8.666/93.

O Secretário(a) Sr(a). ... matrícula nº ... será o(a) **GESTOR(A)** do contrato, conforme determina o Decreto Municipal nº 5753/2015, de 15 de Setembro de 2015, em seu Artigo 2, inciso IV.

O servidor(a) ... matrícula nº ... será a(o) **FISCAL ADMINISTRATIVO(A)** do contrato, conforme determina a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, em seu Artigo 67.

A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência deste Contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Termo em 3 (três) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinada.

Ijuí (RS), xxxxxxxxxxxxxxxx

Valdir Heck
Prefeito

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CONCESSIONÁRIA

Testemunhas:



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrita no CNPJ sob nº _____,
_____, sediada na _____, neste ato representada pelo (a) Sr(a) _____,
_____, portador da cédula de identidade RG _____,
residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o nº _____,
_____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as
vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de
identidade RG _____, e inscrito no CPF sob o nº _____
com o fim específico de representar a outorgante perante o Município de Ijuí/RS, na concorrência nº
04/2019, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e ofertas, e ainda assinar atas, contratos
de prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para
o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIACÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

ANEXO III

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ART. 27, V DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93

MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

MODELO "B": EMPREGADOR PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO NO QUADRO SOCIETÁRIO

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIações DA LICITANTE>], CNPJ: [<Nº DO CNPJ DA LICITANTE>],
ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DA LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO,
BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>], declara sob as penalidades legais, que não
possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade
de economia mista.

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIações DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]
[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

ANEXO V

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

LICITANTE: [<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO LICITANTE>]

CNPJ: [<Nº DO CNPJ DO LICITANTE>]

ENDEREÇO: [<ENDEREÇO COMPLETO DO LICITANTE (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, BAIRRO, MUNICÍPIO, UNIDADE DA FEDERAÇÃO E CEP)>]

CONTATO: [<NOME, TELEFONE, FAX E E-MAIL>]

Lote	Item	Descrição	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$) (120 meses)
1	1	Concessão de uso oneroso de 12 (doze) hectares para fins de cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial.		

[<LOCAL>], [<DATA>].

[<ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]

[<NOME COMPLETO E SEM ABREVIÇÕES DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]

[<CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE>]



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Coordenadoria de Compras, Patrimônio e Administração de Materiais



CONCORRÊNCIA Nº 04/2019

PROCESSO Nº 1216/2019

ANEXO VI

MEMORANDO INTERNO Nº 122/2019 – SMG



MUNICÍPIO DE IJUÍ – PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Memorando Interno nº 122/2019 SMG

Ijuí/RS, 17 de outubro de 2019.

De: Secretaria Municipal de Governo

Para: Coordenadoria de Compras

A/C Priscila Leviski

Senhora Coordenadora,

Ao cumprimentá-la cordialmente, solicitamos a realização de Abertura de Processo Licitatório para arrendamento de parte do imóvel matriculado sob o nº 39.837, sem benfeitorias, destes 7(sete) hectares de mata nativa e 5(cinco) hectares abertos para cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial, no valor mínimo anual, conforme laudo de avaliação de R\$ 21.472,00 (Vinte e um mil, quatrocentos e setenta e dois reais).

Atenciosamente,


Valdir Heck
Prefeito

RECIBO EM 24 / 10 / 2019

POR:

fora de - concorrência
fora de m. p. 125

PROE: 1216119

CONC: 04119

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



REGISTRO DE IMÓVEIS
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE IJUÍ



CERTIDÃO

LENISA BUTIGNOL, Oficial do REGISTRO DE IMÓVEIS desta Comarca de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul. CERTIFICO, em razão de meu cargo e a pedido verbal da parte interessada, que revendo neste cartório o fichário do REGISTRO GERAL, dele verifiquei constar a matrícula do teor seguinte:



REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE IJUÍ
RIO GRANDE DO SUL - BRASIL
REGISTRO GERAL

Número 39837

(Livro N.º 2)

Folha 1

Matrícula número 39837

Ijuí, 27 de outubro de 2003

IMÓVEL - UMA FRAÇÃO de terras de cultura, com a área de cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e dois metros quadrados (165.602m²), localizada no primeiro distrito de Ijuí, confrontando ao norte na extensão de setecentos e vinte e nove metros (729m), com terras de Fernando Grinke; ao sul na extensão de quinhentos e setenta e três metros (573m), com terras de Ignácio e Waldemar Krawizuck; ao es-sudeste, em linha irregular, com uma sanga; e ao oeste na extensão de duzentos e cinquenta metros (250m), com terras de Neuza Sant'Anna.

PROPRIETÁRIO - RODOLFO GRINKE.. **ORIGEM** - Livro 3-N, fl. 97, n.ºs 12.223 e 12.224. Matrícula feita de acordo com o mandado a seguir referido. R\$7,40. A Oficial: Lenisa Butignol

R.1/39.837 - O imóvel constante da matrícula foi objeto de **usucapião** por NEUSA SANT'ANNA, brasileira, solteira, incapaz, por seu curador Rubem Diemer, CPF n.º 093 418 970-68, pelo valor de quarenta mil reais (R\$40.000,00), conforme mandado datado de 21 de agosto de 2003, extraído dos autos da ação de usucapião n.º 66324, julgada por sentença do Dr. Juiz de Direito da Primeira Vara Cível desta Comarca a 06 de maio de 2003, processado o feito pelo Primeiro Cartório Cível desta cidade. R\$178,30. Protocolado no Livro 1-N, sob n.º 165.069. Ijuí, 27 de outubro de 2003. A oficial: Lenisa Butignol

R.2/39.837 - O imóvel constante da matrícula foi transferido para o **MUNICÍPIO DE IJUÍ**, conforme mandado datado de 24 de agosto de 2015, extraído dos autos da Herança Jacente n.º 016/1.07.0006634-0, em que é requerente o Ministério Público e requerida Neusa Santanna, cuja ação foi julgada por sentença do Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta Comarca em 18 de janeiro de 2012, transitada em julgado em 07 de março do mesmo ano. Avaliação fiscal: R\$700.000,00. ITCD não incidente. Emolumentos: R\$3.069,90. Selo digital TJ n.º 0283.09.1400002.00715 (R\$16 80). Protocolado no Livro 1-T sob n.º 245.474. Ijuí, 15 de janeiro de 2016. O substituto: Fábio Israel Butignol Mariani

O referido é verdade e dou fé. Eu, Evahir Maria Legunde, Escrevente Autorizada, a autêntico e assino. Ijuí, 15 de janeiro de 2016.

Evahir Maria Legunde
Escrevente Autorizada

Certidão R\$11,40.
Selo Digital TJ n.º 0283.02.0900000e 23268. R\$0,50.
Busca R\$7,90.
Selo Digital TJ n.º 0283.01.1600000: 00354. R\$0,40.
Processamento eletrônico de dados R\$4,10.
Selo Digital TJ n.º 0283.01.1600002.00353. R\$0,40.
Valor Total dos Emolumentos: R\$24,70

REGISTRO DE IMÓVEIS DE IJUÍ
Lenisa Butignol - Oficial
Fábio Israel Butignol Mariani - Substituto
Igor Butignol - Substituto
Lucia Kraemer - Escrevente Autorizada
Evahir Maria Legunde - Escrevente Autorizada



LEI Nº 6.846, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

Autoriza o Poder Executivo Municipal dar em concessão de uso oneroso uma fração de terras que menciona.

O PREFEITO DE IJUÍ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar em concessão de uso oneroso parte do imóvel matriculado sob o nº 39.837 no Cartório de Registro de Imóveis de Ijuí, para fins de cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial.

Parágrafo único. A concessão se dará mediante licitação, no valor mínimo conforme avaliação.

Art. 2º O prazo da concessão de que trata o art. 1º é de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período, através de termo aditivo.

Art. 3º Faz parte integrante desta Lei o mapa da área e a minuta do termo de concessão.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ijuí, 5 de setembro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

VALDIR heck

Prefeito

[Download do documento](#)

Visualizar Ato na Integra: Lei Ordinária Nº 6846/2019 - Ijuí-RS

(www.leismunicipais.com.br<http://www2.leismunicipais.com.br/leismunicipais/originais/rs/ijui/lei-ordinaria-6846-2019>)

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 05/09/2019

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

LAUDO DE AVALIAÇÃO

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE IJUÍ
ENDEREÇO: LINHA PARADOR
ÁREA A SER AVALIADA: 12,2 Ha
ZONEAMENTO: ZONA RURAL
MATRÍCULA: 39.837

1-ÁREA

Localizado no endereço acima citado, com área de doze hectares e dois mil metros quadrados (12,2 Ha), conforme croqui em anexo, estimado por comparação de dados (consulta) fornecidos por imobiliárias, valor de mercado, valor venal, topografia do terreno, infraestrutura, orientação solar, entorno, acesso entre outros.

2-EDIFICAÇÕES

Sem benfeitorias.

3-VALOR DE USO ONEROSO / ANUAL

Valor atribuído à área de 12,2 Ha é de R\$ 21.472,00 (vinte um mil quatrocentos e setenta e dois reais) anual.

Ijuí, junho de 2019.


IVO DOBLÉR
ARQUITETO E URBANISTA
CAU 16.958-7

Ao COPAM.

REFERÊNCIA: *Licitação de parte do imóvel matriculado sob o número 39.837, sem benfeitorias, destes, 7 (sete) hectares de mata nativa e 5 (cinco) hectares abertos para cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial no valor mínimo conforme avaliação.*

JUSTIFICATIVA

Senhor Prefeito, tendo sido incumbido de adotar os trâmites legais para proceder a Licitação para exploração de parte da área acima descrita pertencente ao Município; passamos a expor o seguinte:

O art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, impôs como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Os órgãos da administração direta são submetidos aos critérios da Lei nº. 8.666/93, portanto são obrigados a realizarem procedimentos licitatórios. Porém a própria lei de Licitações, em seu art. 17, traz a possibilidade de alienação, via licitação, conforme exposto acima.

O caso em pauta é o arrendamento de imóvel pertencente ao Município pelo prazo de 10 anos, podendo ser prorrogado por mais 10 anos, para viabilizar a exploração e não deixar a área desocupada, correndo o risco de eventuais invasões ou ocupação irregular. Portanto o imóvel em questão está geograficamente bem localizado para esse fim, além do que o preço condiz com a realidade local e, é bom que se diga condizente com o preço de mercado na região, forma que mesmo não sendo necessário, com fundamento no caput do artigo 17, inc. I, letra i, da Lei Federal nº. 8.666/93, será promovido certame licitatório.

Portanto, com a devida justificativa aqui exposta, laudo de avaliação, bem como o encaminhamento para licitar há dessa forma viabilidade de competição.

Os fatores discriminados para reforçar a nossa justificativa são os seguintes:

1. As necessidades do Município são de interesse público e social, que devem prevalecer sobre qualquer espécie de burocracia;
2. O valor esta de acordo com o mercado financeiro da região constantes do laudo de avaliação.

Ijuí, 2 de julho de 2019



VALDIR HECK

Prefeito



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

MINUTA DE TERMO DE CONCESSÃO DE USO Nº ____/____/____

Concessão de Uso oneroso de imóvel de domínio do Município de Ijuí.

O MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO, inscrito no CNPJ sob o nº....., por meio do Prefeito, Valdir Heck, no uso de suas atribuições legais e com a devida autorização da Câmara Municipal conforme a Lei Municipal nº ..., de ..., dá em concessão de uso oneroso o imóvel abaixo descrito, de domínio do Município de Ijuí, para cultivo ou atividade de recreação ou exploração comercial no valor mínimo conforme avaliação, conforme documentação em anexo, representada por (nome e qualificação do representante), inscrito no CPF sob o nº ..., residente e domiciliado na ..., mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A presente concessão de uso refere-se ao seguinte imóvel:

- uma fração de terras com 121.903,50 metros quadrados, com as seguintes confrontações: ao Norte em 556 metros com terras de Fernando Grinke (hoje Leonardo Azambuja); ao Sul em 400 metros com Ignácio e Waldemar Krawizuck; ao ES-sudeste em linha irregular com uma sanga; ao oeste numa extensão de 250 metros com a mesma matrícula pertencendo ao município de Ijuí. Esta área é composta por 67.016,00 metros quadrados de área de lavoura, sem impedimento de utilização e 54.887,50 metros quadrados de remanescentes de mata e mata nativa, possui no lado sul um pequeno córrego que passa no sentido oeste leste pelo interior da mata apresentando em sua encosta presença de pedras e Lages o que caracteriza área de preservação permanente- APP e no lado leste a presença de sanga que margeia a área com sentido sul norte, conforme matrícula 39.837, do Cartório de Registro de Imóveis de Ijuí.

CLÁUSULA SEGUNDA: A concessão de uso ora outorgada será de caráter Oneroso pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar desta data, podendo ser prorrogado por, no máximo, igual período.

CLÁUSULA TERCEIRA: A CONCESSIONÁRIA realizará PREVIAMENTE, na rede bancária autorizada, através de guia de recolhimento a ser expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, em favor do CONCEDENTE o pagamento do valor de R\$ (.....),

PARAGRAFO ÚNICO: A Concessão será corrigida anualmente pelo índice do IGP-M.

8



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO

CLÁUSULA QUARTA: A concessão de uso é restrita para desenvolvimento de atividades de cultivo, recreação ou exploração comercial no valor mínimo conforme avaliação, sendo vedada a destinação diversa e contrária ao disposto a esta.

CLÁUSULA QUINTA: A entidade concessionária é responsável:

I - por toda e qualquer reforma, melhoramentos e benfeitorias acrescidas ao imóvel que ao findar incorporar-se-ão definitivamente ao patrimônio municipal, não gerando direito a reclamações futuras;

II - por todos os encargos inerentes ao uso e conservação do imóvel;

III - pela devolução do imóvel no mínimo nas condições que recebeu;

IV - pela defesa e proteção do imóvel contra esbulhos possessórios.

CLÁUSULA SEXTA: Fica a concessionária proibida de gravar o imóvel dado em Concessão de Uso, através de ônus reais e hipotecários.

CLÁUSULA SÉTIMA: A concessionária fica obrigada a devolver o imóvel ao Município de Ijuí, a qualquer época, independente de notificação judicial e, sem ônus algum ao Município, nas seguintes hipóteses:

I - se o imóvel tiver destinação diversa à expressa em lei;

II - se ocorrer cessão ou transferência do imóvel total ou parcialmente à terceiros, sem expresse consentimento do Município de Ijuí;

III - por relevante interesse público.

CLÁUSULA OITAVA: Fica reservado ao Município de Ijuí, a qualquer tempo e independente de comunicação prévia, vistoriar e fiscalizar o imóvel objeto do presente termo, visando certificar-se do fiel cumprimento das condições aqui fixadas.

CLÁUSULA NONA: Esta Concessão de Uso entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

8



MUNICÍPIO DE IJUÍ - PODER EXECUTIVO


E, para que produza seus efeitos, o presente termo que atribui à utilização exclusiva do imóvel descrito, com observância das condições impostas e restrições legais pertinentes, é assinado pelas partes em duas vias de igual teor e forma.

MUNICÍPIO DE IJUÍ, PODER EXECUTIVO, EM __/__/__

VALDIR HECK	ENTIDADE
PREFEITO	NOME DO REPRESENTANTE

Testemunhas:

Nome	Nome
CPF	CPF


Telmo Elemar Ramos Alves
Assessor Jurídico
OAB/RS 64.144

Família Sant'anna

Área de 21.2102 ha do município de Ijuí

ÁREA 12 HA DESOCUPADA

